



CÂMARA MUNICIPAL DE GARÇA

ESTADO DE SÃO PAULO

REQUERIMENTO Nº 762/2018

Considerando a situação econômico/financeira que o nosso país vem atravessando a cada ano;

Considerando que os municípios infelizmente foram gravemente afetados por essa onda de ausência de recursos e baixa de arrecadação;

Considerando que culturalmente vários munícipes não pagam seus impostos em dia gerando um rombo nos cofres municipais em ordem exponencial;

Considerando que, com a baixa arrecadação, em virtude de inadimplência, muitos municípios já implantaram medidas visando minimizar o impacto da baixa arrecadação driblando a inadimplência, conforme demonstra reportagem do Jornal Folha de São Paulo, de 31/12/2014, em anexo;

Considerando que na última quinta-feira, em audiência pública realizada na Câmara Municipal de Garça, foi exposto aos presentes algumas alterações ao qual o município estuda implementar, dentre elas: a redução do desconto do pagamento à vista de 15% para 5%, diminuindo o desconto oferecido no pagamento à vista e penalizando em 10% o bom contribuinte; mudança na faixa de cobrança do IPTU nos bairros Jardim Gisele, Jardim Parque Santa Maria, Vilota São José, Jardim Cafezal, Parque Real e Jardim São Rafael aumentando o valor IPTU para os moradores dessa região;

Requeiro à Mesa, na forma regimental e consultado o Plenário, oficie-se ao Prefeito Municipal para que através do setor competente da municipalidade, informe a possibilidade de proceder alteração no Código Tributário Municipal, permitindo o parcelamento dos débitos em dívida ativa e posteriormente aplicando penalidade naqueles que não honrarem com o acordo, podendo até mesmo inscrever nos órgãos de proteção ao crédito (SCPC / SERASA) os inadimplentes.

Solicito ainda, que informe a possibilidade de estudar outras medidas menos drásticas para que não sejam penalizados os bons contribuintes, bem como proceder ao georreferenciamento, visando adequar o valor do imposto cobrado dos contribuintes que estão com suas plantas irregulares junto à Prefeitura Municipal de Garça.

Sala das Sessões, 03 de setembro de 2018.


WAGNER FERREIRA
VEREADOR

[an error occurred while processing this directive] [an error occurred while processing this directive]

GABRIELA YAMADA
ISABELA PALHARES
DE RIBEIRÃO PRETO

31/12/2014 02h00

Com queda na arrecadação de impostos federal e estadual, as prefeituras da região de Ribeirão Preto (a 313 km de São Paulo) vão adotar medidas para tentar reduzir a inadimplência do IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) em 2015.

Em Araraquara (a 273 km de São Paulo), a prefeitura vai incluir o nome dos devedores na Serasa. Segundo o governo, cerca de 18% dos contribuintes estão com dívidas no imposto.

O município também criou condições para estimular o pagamento em parcela única com descontos de até 10%.

Além da preocupação com a inadimplência do tributo, o reajuste do IPTU em Araraquara para 2015 foi menor do que o deste ano. O aumento foi de 6,5%, corrigido apenas com base na inflação. Para 2014, a alta foi de 12%.

Segundo estudo da USP Ribeirão, as incertezas econômicas do país, acentuadas pela crise da cana-de-açúcar no Estado de São Paulo, fizeram com que cidades da região deixassem de arrecadar ao menos R\$ 91 milhões em impostos federal em 2014.

Além disso, as cidades tiveram queda na arrecadação de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços). Em Ribeirão Preto, o valor foi 5,8% menor do que o previsto pela prefeitura.

Para fortalecer o caixa, a Prefeitura de Ribeirão já encaminhou neste ano para protesto em cartório 1.391 contribuintes.

Eles fazem parte de um total de 3.901 contribuintes que não pagaram o imposto no primeiro semestre de 2014.

Segundo dados da prefeitura, de 2012 até agora, mais de 100 mil títulos já foram protestados. No próximo ano, os devedores que não quitarem as parcelas do imposto no primeiro semestre, serão automaticamente incluídos na lista de protestos.

Em novembro, a prefeitura anunciou que ao pagar a primeira parcela da dívida renegociada, o contribuinte terá o nome retirado da lista de devedor. Antes, isso só acontecia quando toda a dívida era quitada.

OUTROS MUNICÍPIOS

Franca (a 400 km de São Paulo), que já faz cobrança dos devedores por protesto e também a inclusão dos nomes na Serasa, vai iniciar a execução dos valores devidos por processo judicial para agilizar a tramitação do processo e o pagamento.

Além disso, a prefeitura firmou um convênio com o Tribunal de Justiça para "emprestar" servidores e agilizar a cobrança judicial.

Em São Carlos (a 232 km de São Paulo), a prefeitura disse que estuda incluir o nome dos devedores na Serasa e também a criação de uma central de atendimento por telefone para a negociação das dívidas.

[an error occurred while processing this directive]